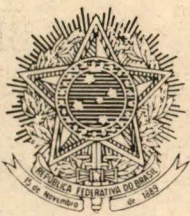


SEÇÃO I

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
BIBLIOTECA



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 29

TERÇA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	921
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	926
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	926
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	935
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	963
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	963
EDITAIS E AVISOS.....	963

Supremo Tribunal Federal

Presidência

ÍNDICE DE ADVOGADOS

AUGUSTO CARLOS COSTA
ERALDO RULHÕES BARROS

1 0004636-9/240
1 0000147-1/320

DISTRIBUIÇÃO

TERCEIRA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 1992. PRESIDENTE DO EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 64, RISTF).

ÀS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTES FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

HC 0069267-2/130 MG
RELATOP : MIN. CÉLIO BORJA
IMPTF : GERALDO MAGELA RAESSA RISPOLI
CUATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACTE : SERGIO FLOISIO DA COSTA

SF 0004636-9/240
REOTE : TERESA POTTINO
ADV. : AUGUSTO CARLOS COSTA E OUTROS
PEODD : CARLOS ALBERTO TOZZI
REGISTRADO

ADR 0000147-1/320 AL
RELATOP : MIN. NÉRI DA SILVEIRA
AUTOP : ESTADO DE ALAGOAS
ADV. : ERALDO RULHÕES BARROS
PEII : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

ADIN 0000480-1/600 GO
RELATOP : MIN. MARCO AURELIO
REOTE : GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIAS
PEODD : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIAS

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	1			1
MIN. NÉRI DA SILVEIRA		1		1
MIN. CÉLIO BORJA		1		1
MIN. MARCO AURELIO		1		1
TOTAL	1	3		4

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO..... RHODE POMBEL BARPETO, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA..... ALDA VILLAS BOAS CAPVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

BRASÍLIA, 07 DE FEVEREIRO DE 1992.

MINISTRO SYDNEY SANCHES
PRESIDENTE

Plenário

SESSÃO SOLENE

Ata da 7a. (sétima) sessão solene, realizada em 16 de setembro de 1991.

Presidência do Senhor Ministro Sydney Sanches. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence, Paulo Brossard, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio e Ilmar Galvão.

Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Célso Borja.

Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga.

Secretário, Dr. Sebastião Duarte Xavier, Diretor-Geral.

Abriu-se a sessão às quinze horas e trinta minutos

VISITA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA ORIENTAL D

URUGUAI, DR. LUÍS ALBERTO LACALLE HERRERA.

SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES (PRESIDENTE) : - Declaro aberta esta sessão solene do Supremo Tribunal Federal, especialmente convocada para receber a visita de Sua Excelência, o Senhor Luís Alberto Lacalle Herrera, ilustre Presidente da República Oriental do Uruguai.

Para saudar o eminente visitante, em nome da Corte, concedo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro Néri da Silveira.

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA : - Excelentíssimo Senhor Ministro Sydney Sanches, Presidente deste Tribunal; Senhores Ministros; Senhor Procurador-Geral da República; Senhores Ministros aposentados; Senhores Presidentes e Membros dos Tribunais Superiores; Senhores Embaixadores da África do Sul; do Camerão, do Chile, da Costa do Marfim, de Cuba, do Egito, dos Estados Unidos, de Gana, da Holanda, da Hungria, de Israel, do México, do Paraguai, do Peru, da Polônia, da República Dominicana, da Romênia, da República Tcheca, da República da Trinidad e Tobago, da Venezuela e do Uruguai; Excelentíssimo Senhor Embaixador do Brasil no Uruguai; Excelentíssimos Senhores Encarregados de Negócio e Representantes das Embaixadas de Angola, da Austrália, da Colômbia, da Coreia, da Malásia, do Kuwait, da Argentina, da Nigéria e da União Soviética; Excelentíssimo Senhor Representante do Ministro de Estado da Justiça; Excelentíssimo Senhor Representante do Governador do Distrito Federal; Excelentíssimos Senhores integrantes da

Comitiva de Sua Excelência o Presidente da República do Uruguai; Excelentíssimos Senhores Magistrados; Excelentíssimos Senhores Membros do Ministério Público; Senhores Advogados, Senhores Jornalistas, Senhoras e Senhores.

Excelentíssimo Senhor Presidente Luís Alberto Lacalle Herrera.

Rejubilava-se o Supremo Tribunal Federal do Brasil com a visita do Senhor Presidente da República Oriental do Uruguai, Dr. Luís Alberto Lacalle Herrera, advogado, jornalista, descendente de ilustre estirpe de homens públicos, do Partido Nacional, ex-deputado, ex-senador, ex-vice-presidente do Senado, e presidente eleito da República pelo sufrágio direto, em urnas livres, a 26-11-1989.

A sincera amizade, que o tempo e o bom relacionamento, cada vez mais, consolida, entre Uruguai e Brasil, transforma-se, especialmente, para os brasileiros que vivem no Rio Grande do Sul, na extensa região da fronteira, - em sentimento de verdadeira fraternidade, que entrelaça famílias, uns interesses das mais diversificadas ordens, inclusive os do coração, como a afirmar que não existem barreiras separando as populações, mas, tão-só, há elos consistentes que inspiram o permanente bem-querer e o constante bem-fazer recíprocos, próprios da convivência de irmãos.

Assumiu Vossa Excelência o governo, proclamando o espírito da concórdia e do diálogo, que o anima, na aproximação com todas as forças políticas da Nação, as quais, sem embargo de manterem a identidade e o perfil que possuem, conjugam esforços para identificar e levar a cabo as necessárias transformações na organização política, social e econômica do País. Ressalta-se, a todo passo, aí, o intento maior de fazer a democracia compatível com o desenvolvimento econômico, registrando-se, outrossim, que a paz política e o respeito pelas instituições são o mais valioso bem da comunidade nacional. Nessa magnífica oração de posse, perante a Assembléia Geral, equacionando as diretrizes de seu plano de ação, Vossa Excelência observou: "Governo, Administração e Estado devem reassumir sua condição de meios e não de fim; readaptar seus poderes para que não sejam opressivos; redimensionar seu tamanho para que não sejam pesados; redefinir suas funções para que não invadam "fueros ni esferas propias del individuo".

A história política da República Oriental do Uruguai reflete, também, as grandezas e as vicissitudes dos povos latino-americanos. Em sua esplêndida obra - Herrera, um nacionalista oriental - onde se retratam sessenta e cinco anos da vida da República, até 1959, "año de la muerte del Caudillo", como escreve Vossa Excelência, relatam-se, não só "la pasión del pago y la búsqueda de una forma política de convivencia", constantes a que dedicou a vida e o pensamento esse extraordinário condutor político da Nação, seu avô, mas se traduzem, também, as lutas do bipartidarismo uruguaio e os episódios mais significativos de sua história política, do Partido Nacional, no perene anseio pela afirmação das liberdades e de um modelo elevado de convívio político.

A visita de Vossa Excelência coincide com um momento histórico dos mais importantes nas relações entre nossos Países, em

decorrência do documento de 26 de março de 1991, quando Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, em Assunção, assinaram o Tratado do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. É que se propõe, aí, amplo projeto de integração econômica e de alternativas de cooperação científica e tecnológica. As quatro Nações avaliam a importância do empreendimento reconhecendo que "a ampliação das atuais dimensões de seus mercados, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social". É certo que se está, no particular, em período de transição, em que, notadamente, o regime jurídico definitivo ainda não se plasmou, com a extensão já alcançada na Comunidade Econômica Européia. Essa circunstância não diminui, todavia, a relevância do fato. Afirmou, nesse sentido, o ilustre Chanceler, Dr. Héctor Gros Espiell: "Yo diría que es un tratado interino que establece mecanismos y parámetros de proceso hacia el mercado común", antecipando que, ao atingir 1994, "habrá de dictar otro tratado o aprobar protocolos adicionales".

Estão, por isso mesmo, as entidades públicas e privadas dos Países do MERCOSUL vivendo instantes de extraordinária e fecunda significação política e administrativa, pela necessidade de se estudarem e concretizarem os instrumentos adequados, inclusive no âmbito das respectivas legislações, em ordem a que se atinja, no tempo apazado, consoante é desejo comum, o objetivo integracionista, com vistas à sua aplicação harmônica, sistemática, justa e atendida as diferentes realidades nacionais. Releva registrar, além disso, que essa decisão política dos governos da Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, expressa no MERCOSUL, representa, decerto, um momento importante para o mercado comum regional, aberta que está a possibilidade a outros países do Continente de se incorporarem, a esse projeto, aderindo a seus propósitos.

Criar-se-á, também, como será inevitável, espaço a novas formulações jurídicas e jurisprudenciais, na definição e composição dos mecanismos necessários ao funcionamento e disciplina dessa realidade comunitária, quer se adotem, ou não, afinal, no particular, esquemas estruturais, tal como vem sucedendo no sistema institucional da Comunidade Européia.

Se, por ora, destarte, o MERCOSUL não é visualizado, senão a partir de uma discussão fundamentalmente de índole econômica, certo é que implica esse notável acontecimento na América do Sul perspectivas largas e generosas de uma integração não só econômica, mas também de natureza social e cultural.

Senhor Presidente Luís Alberto Lacalle Herrera! Já se preparam as comemorações do meio milênio do início da revelação da América ao mundo. É exato que o Continente latino-americano ainda caminha sobrecarregado de problemas econômicos e sociais, na busca de seu desenvolvimento. Não é menos procedente, entretanto, que está ele animado pela comum esperança de seus povos e pela inabalável certeza no futuro, porque vive, este Continente, o tempo de sua juventude e traz, sempre crepitante, a chama dos ideais perenes do cristianismo, que informam as culturas de seus Países, nas preocupações e luta pela liberdade e por objetivos elevados à vida de suas populações, acreditando que o fundamento primeiro e o fim último da vida humana politicamente associada é a dignidade da pessoa, que diz respeito a todos os homens e não apenas a alguns, porque é condição da própria humanidade, e, qual nobreza inviolável, deve ser respeitada por todos; sua promoção é dever do Estado quanto de cada um dos homens. A construção de uma ordem jurídica democrática, definitiva e estavelmente baseada na justiça social, na verdade, no equilíbrio dos poderes e na liberdade, constitui causa comum das Pátrias latino-americanas.

Senhor Presidente Luís Alberto Lacalle Herrera! O Supremo Tribunal Federal tem, neste País, a competência precípua de guarda da Constituição e de seu intérprete maior. Nele, todos os cidadãos, perante juízes vitalícios e independentes, encontram, por igual, o último reduto da garantia de seus direitos civis, de suas liberdades e direitos públicos. Esta Corte Suprema é honrada com a presença de Vossa Excelência. Que Deus o guarde e o inspire na realização de seus justos propósitos de concórdia, paz social e promoção do bem-estar do nobre e querido povo do Uruguai.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES (PRESIDENTE) : - Concedo a palavra a Sua Excelência o Senhor Presidente LUÍS ALBERTO LACALLE HERRERA.

O SENHOR LUÍS ALBERTO LACALLE HERRERA (PRESIDENTE DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI) : - Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Senhor Procurador-Geral da República; Senhor Ministro Néri da Silveira; Senhores Ministros; Senhores Embaixadores; Senhores Ministros da República Oriental; Senhores Comandantes-em-chefe das Forças Armadas do meu País; Senhores Legisladores, Amigos.

Em minha condição de Presidente da República Oriental e de advogado, tenho a honra de ser recebido nesta Casa onde tem assento a defesa final dos cidadãos do Brasil e seu apoio, o mais admirável sentimento que pode ter uma sociedade que se considera justa. Para mim, então, é duplamente significativo trazer, aqui, a homenagem de meu País na representação que, com o voto popular, detenho e, também, com a nostalgia do tempo do exercício legal, a homenagem de quem se formou na profissão das leis.

Diria, Senhor Presidente, que minha presença aqui, como a de qualquer outro governante democraticamente eleito, é a visita de um Poder a outro. Não obstante pertencermos a jurisdições políticas distintas, a nações distintas, hoje, aqui, está o Poder Legislativo rendendo homenagens ao Poder Judiciário. Ante a presença dos Senhores Legisladores que me acompanham e também o meu passado como membro do Parlamento Uruguaio eu diria que estão os três Poderes



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046
Telex: (061) 1356
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSE EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial			Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 40.200,00	Cr\$ 10.200,00	Cr\$ 36.540,00	Cr\$ 40.750,00	Cr\$ 64.530,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 21.516,00	Cr\$ 10.560,00	Cr\$ 18.876,00	Cr\$ 21.516,00	Cr\$ 38.808,00
Aéreo	Cr\$ 61.380,00	Cr\$ 30.360,00	Cr\$ 61.380,00	Cr\$ 61.380,00	Cr\$ 110.880,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DIVOM

Telefone: (061) 321-5566 Ramais: 305/309/399/314/317/328/325
Horário: 7:30 às 19:00 horas

PROCESSO : RR 028509 / 91 - 7 . TRT DA 03a. REGIÃO
RELATOR : MIN. NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA
REVISOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : PFOBAM - PROCESSAMENTO BANCARIO DE MINAS GERAIS S/A
ADVOGADO : Dr(a). VICTOR RUSSOMANO JUNIOR
RECORRIDO : LINNOS LUCAS DE CARVALHOS
ADVOGADO : Dr(a). AFONSO BORGES CORDEIRO

PROCESSO : RR 028624 / 91 - 2 . TRT DA 01a. REGIÃO
RELATOR : MIN. NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA
REVISOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : APOIO-TURISMO - GERENCIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : Dr(a). MOADELY ROBERTO DOS S MOREIRA
RECORRIDO : FRANCISCO DE MESQUITA VIANA
ADVOGADO : Dr(a). LUIZ ANTONIO JEAN TRANJAN

PROCESSO : RR 028654 / 91 - 2 . TRT DA 01a. REGIÃO
RELATOR : MIN. NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA
REVISOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : Dr(a). ELIANA TRAVERSO CALEGARI
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO : Dr(a). DEUSDEDIT DIAS DA ROCHA
RECORRIDO : OS MESMOS

PROCESSO : RR 028766 / 91 - 5 . TRT DA 05a. REGIÃO
RELATOR : MIN. NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA
REVISOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO : Dr(a). DEUSDEDIT DIAS DA ROCHA
RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE ILHEUS
ADVOGADO : Dr(a). ARNON NONATO MARQUES

PROCESSO : RR 028887 / 91 - 3 . TRT DA 04a. REGIÃO
RELATOR : MIN. NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA
REVISOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : Dr(a). DIRCEU JOSE SEBEN
RECORRIDO : JUSSARA LUISI PEREIRA
ADVOGADO : Dr(a). VIRGINIA FEIX

PROCESSO : RR 029141 / 91 - 8 . TRT DA 15a. REGIÃO
RELATOR : MIN. NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA
REVISOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A
ADVOGADO : Dr(a). JOSE ALBERTO COUTO MACIEL
RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE ASSIS
ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES

PROCESSO : RR 029308 / 91 - 7 . TRT DA 02a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : AILTON FERREIRA JORGE
ADVOGADO : Dr(a). RICARDO GELLY DE C. E SILVA
RECORRIDO : CIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SAO PAULO - CDHU
ADVOGADO : Dr(a). MINICA SEGATTO B. MACRUZ

PROCESSO : RR 030200 / 91 - 8 . TRT DA 02a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRO PIRES
ADVOGADO : Dr(a). ROBERTO EISENBERG
RECORRIDO : WANDERLEY CAMPOS
ADVOGADO : Dr(a). CLARA CUKIERMAN

OS PROCESSOS CONSTANTES DESTA PAUTA QUE NÃO FOREM JULGADOS NA SESSÃO A QUE SE REFEREM, FICAM AUTOMATICAMENTE ADIADOS PARA AS PROXIMAS QUE SE SEGUIREM, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA PUBLICAÇÃO, SE ULTRAPASSAREM DE VINTE OS FEITOS REMANESCENTES (LEI ORGANICA DA MAGISTRATURA NACIONAL, ART. 38).

Brasília, 07 de fevereiro de 1992

JORGE ALOISE

Diretor da Secretaria da Turma

Superior Tribunal Militar

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 1ª SESSÃO, EM 03 DE FEVEREIRO DE 1992 - SEGUNDA-FEIRA
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA
Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Paulo César Catald, Raphael de Azevedo Branco, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Luiz Leal Ferreira, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antonio Carlos de Nogueira e José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Ausentes os Ministros Jorge José de Carvalho, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna e Eduardo Pires Gonçalves.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.

Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suelly Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foi relatado e julgado o processo:

- APELAÇÃO 46.474-3 - RS - Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro Wilberto Luiz Lima. APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, junto à 1ª Auditoria da 3ª CJM e EDIOMIR PEREIRA DE MOURA, Sd Ex, na parte em que foi condenado a 03 meses de prisão, como incurso no art 160 do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da 3ª CJM, de 27.06.91, na parte em que julgou extinta a punibilidade do apelante. Advª Drª Benedita Marina da Silva.- (SESSÃO SECRETA).

A Sessão foi encerrada às 14:55 horas.

SUELY MATTOS DE ALENCAR
Secretária do Tribunal

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 006

- RECURSO CRIMINAL Nº 6.016-8 - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Adv Dr Airton Fernandes Rodrigues.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

PORTARIAS DE 07 DE FEVEREIRO DE 1992

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista, especialmente, o disposto no Decreto-lei nº 2.386, de 18 de dezembro de 1987, resolve:

Nº 60 - Designar os Doutores MIGUEL FRAUZINO PEREIRA e ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA, Subprocuradores-Gerais da República, para oficiarem em processos da competência do Supremo Tribunal Federal e terem assento na Primeira Turma.

Nº 61 - Dispensar o Doutor ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA, Subprocurador-Geral da República, da atuação perante o Superior Tribunal de Justiça, em virtude de sua designação para officiar perante o Supremo Tribunal Federal.

Nº 62 - Dispensar, a pedido, o Doutor ARTHUR PEREIRA DE CASTILHO NETO, Subprocurador-Geral da República, do assento perante a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, em virtude de sua designação para exercer as funções de Secretário de Coordenação da Representação Judicial da União - SECORJU.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

Editais e Avisos

Tribunal Superior Eleitoral

Secretaria de Coordenação Eleitoral

Subsecretaria Judiciária

Partidos Políticos

EDITAL EXPEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 13, DA RESOLUÇÃO-TSE Nº 10.785, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1980

O Exmo. Sr. Ministro HUGO GUEIROS, Relator do Processo nº 234 Cls. 7ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília),

FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi requerida a capacidade jurídica provisória do Partido Liberal Cristão - PLC, em petição protocolada sob o nº 687/92, assinada

por FERNANDO JOSÉ BORDONI, Presidente da Comissão Diretora Nacional Provisória.

Nos termos do art. 13, da Resolução-TSE nº 10.785/80, o pedido poderá ser impugnado no prazo de dez dias, a contar da publicação do presente edital.

Dado e passado aos três dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e dois. Eu, PEDRO DE MELLO FIGUEIREDO, Diretor-Geral da Secretaria, subscrevo e assino.
Ministro HUGO GUEIROS, Relator.

Superior Tribunal Militar

Presidência

EDITAL DE 07 DE FEVEREIRO DE 1992

O Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar torna público que o Plenário, em sessão de 27 de novembro de 1991, prorrogou, pelo prazo de dois anos, a partir de 15 de dezembro de 1991, a validade do concurso público para Advogado-de-Ofício Substituto da Defensoria de Ofício da Justiça Militar, nos termos do art. 37, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o § 3º do art. 4º, da Lei nº 7.384/85, e com art. 35 das Instruções Reguladoras do referido processo seletivo.

MINISTRO-PRESIDENTE HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA
General-de-Exército

BIBLIOTECA MACHADO DE ASSIS

Consulte nossas publicações: Coleção das Leis do Brasil, Revista Trimestral de Jurisprudência do STF e outras.

Horário de atendimento: 7:30 às 19:00h.

Informações: Imprensa Nacional — SIG — Quadra 06 — Lote 800
Brasília-DF — CEP: 70604 — Fone: (061) 321-5566 — R. 300 e 301.



Publicação elaborada pela Subcomissão de Política Editorial e Normalização, da Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras e co-editado pelo DIN e Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal contendo informações e regras básicas sobre editoração de publicações oficiais.

EDITORAÇÃO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS

As aquisições deverão ser feitas diretamente na Seção de Assinaturas e Vendas ou mediante envio de cheque nominal à Imprensa Nacional, acompanhado de esclarecimentos. Em caso de órgão público, mediante cópia da Nota de Empenho.

Maiores informações na Seção de Divulgação — End.: SIG — Quadra 06 — Lote 800 — Brasília-DF — CEP: 70604. Fones: (061) 321-5566 — R. 305 ou 309 e 226-6812.

FORMULÁRIOS CONTÍNUOS

ENCOMENDAS E PRONTA ENTREGA

* Exclusivamente para Órgãos Públicos

Consulte-nos!

IMPRENSA NACIONAL

Fone: (061) 321-5566 - R. 213 e 319

REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Publicação mensal das decisões jurídicas do STF

Seja prático!
Faça já sua assinatura

Válida por 6 volumes

Informações: Imprensa Nacional
Seção de Assinaturas e Vendas
SIG — Quadra 06 — Lote 800
Brasília-DF — CEP: 70604
Fones: (061) 226-6812 e 321-5566 — R. 305, 308, 309, 325 e 328.

